

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

8.3.2024



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

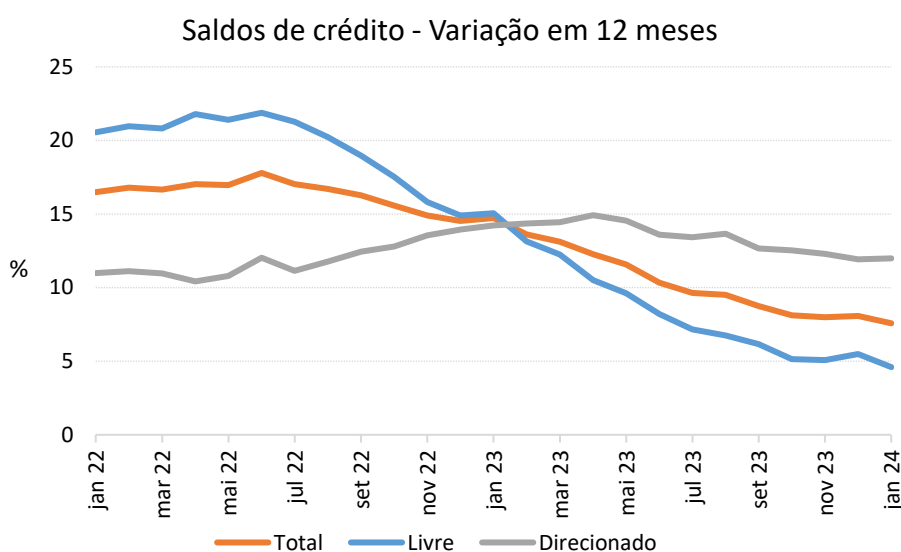
Em janeiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$16,2 trilhões (147,6% do PIB), permanecendo estável (-0,1%) no mês, devido principalmente à redução do saldo dos títulos de dívida pública, -1,9%, e à elevação na dívida externa, 2,9%. Esta última refletiu a depreciação cambial de 2,3% no mês. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,2%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN, 7,4%, e dos títulos de dívida, 12,9%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,6 trilhões (50,9% do PIB), também estável (0,1%) no mês, com redução sazonal nos empréstimos do SFN (-2,5%), elevação em títulos securitizados (2,1%) e aumento nos empréstimos da dívida externa (2,1%). Em relação a janeiro de 2023, a expansão de 6,1% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 18,1% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,8 trilhões (34,9% do PIB) em janeiro, com variações positivas de 1,0% no mês e de 10,3% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O saldo das operações de crédito do SFN totalizou R\$5,8 trilhões em janeiro, com diminuição de 0,3% no mês. Esse resultado decorreu da redução de 2,3% no saldo da carteira de crédito às pessoas jurídicas, em contraposição ao incremento de 1,0% no saldo da carteira de pessoas físicas, com esses estoques alcançando, respectivamente, R\$2,2 trilhões e R\$3,6 trilhões. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o saldo do crédito do SFN em janeiro continuou em desaceleração, com avanço de 7,6% ante 8,1% observado em dezembro de 2023. Na mesma base de comparação, os saldos do crédito às empresas e às famílias mantiveram-se em menor ritmo de crescimento com incrementos de 3,6% ante 4,7% e de 10,2% ante 10,4%, na mesma ordem.

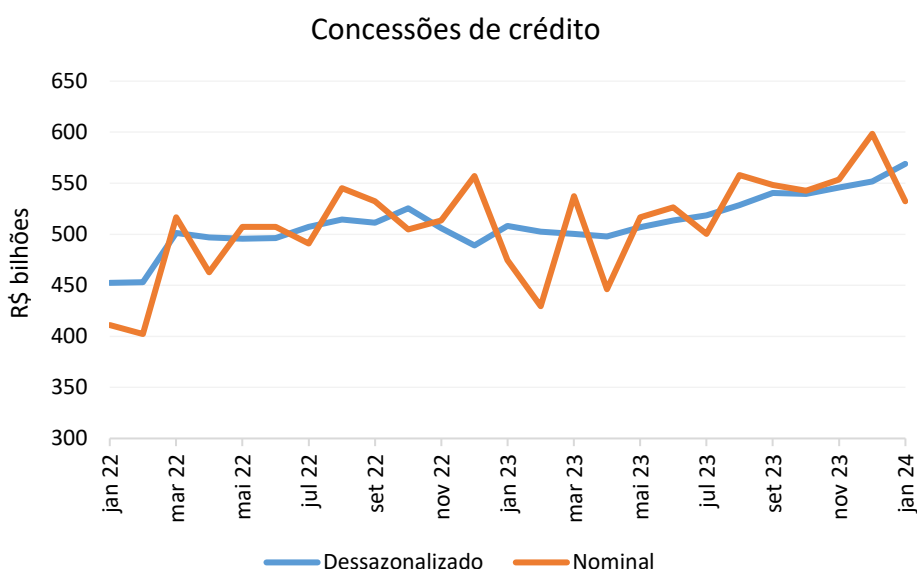


O saldo das operações de crédito com recursos livres alcançou R\$3,4 trilhões em janeiro, com redução de 1,0% no mês e incremento de 4,6% em doze meses. No crédito livre às empresas, o saldo totalizou R\$1,4 trilhão, com redução de 3,7% no mês e alta de 0,1% em doze meses. Neste contexto, destacaram-se as quedas sazonais nas carteiras de desconto de duplicatas (-17,5%) e antecipação de faturas de

cartão de crédito (-7,2%), bem como a diminuição no saldo do capital de giro de curto prazo (-18,2%). Em sentido oposto, o crédito livre às famílias avançou 1,1% no mês e 8,1% em doze meses, motivado,

principalmente, pelos incrementos das carteiras de crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (2,6%), crédito pessoal não consignado (2,1%), financiamento para aquisição de veículos (1,4%) e cheque especial (9,1%).

O saldo do crédito direcionado alcançou R\$2,4 trilhões em janeiro, com expansão de 0,6% no mês e de 12,0% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O crédito direcionado às pessoas jurídicas somou R\$811,6 bilhões, com altas de 0,2% no mês e de 10,2% em doze meses. Na mesma ordem, o crédito direcionado às famílias registrou avanços de 0,8% e de 12,9% ao totalizar R\$1,6 trilhão.



As concessões nominais de crédito alcançaram R\$532,2 bilhões em janeiro. Após ajuste sazonal, as concessões totais expandiram 3,1% no mês, com redução de 0,2% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 6,2% nas operações pactuadas com pessoas físicas. No acumulado em doze meses até janeiro de 2024, as concessões nominais variaram 4,6%, com estabilidade nas operações com empresas e expansão de

8,4% nas realizadas com famílias. As concessões médias diárias em janeiro assinalaram redução mensal de 19,1%.

A taxa média de juros das novas contratações declinou 0,2 p.p. no mês e 3,1 p.p. em doze meses, alcançando 28,1% a.a. O *spread* bancário das novas contratações atingiu 19,4 p.p., com redução de 0,2 p.p. no mês e de 1,0 p.p. comparativamente a janeiro de 2023.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros atingiu 40,3% a.a. em janeiro, com reduções de 0,5 p.p. no mês e de 3,0 p.p. em doze meses. Nas operações com as pessoas jurídicas, a taxa média situou-se em 22,2% a.a., com incremento de 1,3 p.p. no mês e queda de 2,7 p.p. em 12 meses. Esse desempenho foi influenciado, basicamente, pelo aumento sazonal das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis e pelo incremento de outras modalidades, como capital de giro com prazo superior a 365 dias.

No crédito livre às pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 52,4% a.a., com decréscimos de 1,8 p.p. no mês e de 4,5 p.p. em doze meses. Neste contexto, destacaram-se as diminuições das taxas médias pactuadas nas operações de cartão de crédito rotativo (-26,8 p.p.), crédito pessoal não consignado (-4,0 p.p.) e de cartão parcelado (-9,1 p.p.).

Crédito com Recursos Livres

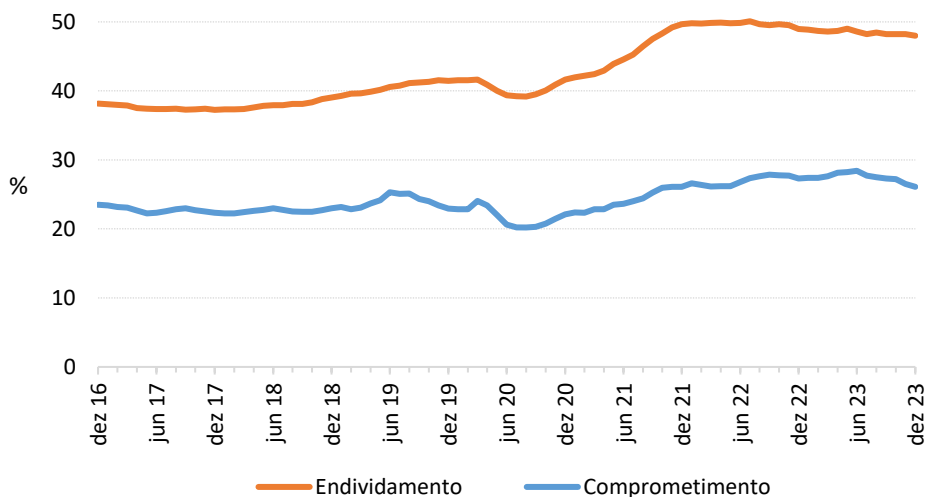
	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	dez/23	jan/24	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	54,2	52,4	-1,8	0,0	-1,8
Pessoa Jurídica	20,9	22,2	0,9	0,4	1,3
Total	40,8	40,3	-0,7	0,2	-0,5

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,8% a.a., elevando-se 0,2 p.p. no mês e caindo 0,2 p.p. em 12 meses.

A inadimplência da carteira de crédito total do SFN aumentou 0,1 p.p. no mês, alcançando 3,3%. A inadimplência do crédito às empresas aumentou 0,1 p.p., enquanto a do crédito às famílias assinalou estabilidade, situando-se, respectivamente, em 2,6% e 3,7%.

No crédito com recursos livres, a inadimplência aumentou 0,1 p.p. no mês ao atingir 4,6%. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito livre às pessoas jurídicas registrou aumento de 0,2 p.p., enquanto a de pessoas físicas apresentou diminuição de 0,1 p.p., situando-se em 3,4% e 5,5%, respectivamente.

Endividamento e Comprometimento (%)



O endividamento das famílias atingiu 48,0% em dezembro, diminuição de 0,2p.p. na comparação com o mês anterior e de 1,0 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda atingiu 26,1% em dezembro, revelando variação negativa de 0,5 p.p. no mês e 1,2 p.p. em 12 meses.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$404,7 bilhões em janeiro, com variações de -4,3% no mês e de -2,1% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação reduziu 2% e as reservas bancárias diminuíram 13,6%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram no sentido contracionista, as operações com títulos públicos federais, R\$47,8 bilhões (resgates líquidos de R\$145,5 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$193,3 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$9,2 bilhões (recebimentos de depósitos voluntários a prazo, -R\$13,3 bilhões e de depósitos para compensação de cheques e outros papeis, -R\$68 milhões, liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,3 bilhão, de depósitos a prazo, +R\$649 milhões, do Proagro, +R\$1,1 bilhão, de recursos não aplicados em operações de microfinanças, +R\$86 milhões, e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,1 bilhão). Apresentaram expansão as operações do Tesouro Nacional, R\$8,1 bilhões, as do setor externo, R\$172 milhões e as com derivativos, R\$10 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$613,7 bilhões, redução de 6,0% no mês, decorrente da contração de 3,6% e de 8,0% do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou avanço de 2,1% no mês.

O M2 recuou 0,9% no mês, com saldo total de R\$5,9 trilhões, refletindo a retração do M1 e o do saldo da poupança. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras alcançou R\$4,3 trilhões, resultado do crescimento de 3,7% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e da retração de 1,3% no saldo dos depósitos a prazo, que totalizaram, respectivamente, R\$850 bilhões e R\$2,8 trilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança encolheu 1,5%, totalizando R\$971 bilhões. O M3 cresceu 0,3% no período, totalizando R\$10,9 trilhões, refletindo o aumento no saldo das quotas de fundos monetários que totalizou R\$4,8 trilhões, com variação positiva de 2,1%, compensando a retração do M2. O M4 avançou 0,2% no mês, totalizando R\$12 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 11,6%.

4. Limite do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A [Lei nº 14.690](#), de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida. A medida passou a valer a partir de 3 de janeiro de 2024 e, como não afeta a taxa de juros no momento da concessão inicial, não houve impacto na metodologia de apuração estatística das taxas de juros apresentadas nesta Nota.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passa a divulgar em nova página os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos nas operações de cartão rotativo e parcelado. Os novos dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito>.